



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER TÉCNICO – ASSESSORIA JURÍDICA

Data: 10/03/2014

Matéria/ Ementa:

Projeto de Lei nº 36/2014 que ***"Inclui projeto nas Leis nº 3129/2013-Plurianual, nº 3130/2013 – LDO e nº 3153/2013-LOA, e abre Crédito Especial."***

Relatório:

O Projeto de Lei proposto pelo Executivo, visa incluir projeto nas Leis supracitadas, com abertura de crédito especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A inclusão da dotação orçamentária visa dar suporte financeiro ao valor repassado pelo Estado do Rio Grande do Sul, através de recurso vinculado ao Fundo Estadual de Saúde, resolução CIB/RS 378/12 e Portaria SES/RS 337/13, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Em contrapartida, o Município disponibilizará o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), utilizando os recursos da Reserva de Contingência.

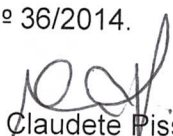
Fundamentação:

A iniciativa da lei, quanto à matéria, encontra-se atendida, já que atende ao art. 10, inciso V e art. 46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal¹.

Compete a Câmara de Vereadores apreciar matérias orçamentárias e suas Leis vinculadas de acordo com o art. 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal².

Opinião:

Assim, diante do exposto, é pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 36/2014.


Claudete Pissaia
Assessora Jurídica

¹ Art. 10. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:
(...)

V – elaborar as leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

Art. 46. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:
(...)

IV – matéria orçamentária, e a que autoriza a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

² Art. 34. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito:
(...)

III – votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, as metas prioritárias, o plano de auxílio e subvenções e instalação de comissão processante;